



Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional - SLCN

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 824/2018

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Comissão Mista em 29/05/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 10/07/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado no Senado Federal em 11/07/2018)
	Altera a <a href="#">Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013</a> , que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação.	Altera a <a href="#">Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013</a> , que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, para estabelecer exceção à sanção de retomada da unidade parcelar em projetos públicos de irrigação caso o imóvel esteja hipotecado em favor de instituições financeiras oficiais que hajam prestado assistência creditícia ao agricultor irrigante; e dá outras providências.	Altera a <a href="#">Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013</a> , que dispõe sobre a política nacional de irrigação, para estabelecer exceção à sanção de retomada da unidade parcelar em projetos públicos de irrigação, caso o imóvel esteja hipotecado em favor de instituições financeiras oficiais que <b>tenham</b> prestado assistência creditícia ao agricultor irrigante, e as Leis nºs 12.873, de 24 de outubro de 2013, 6.088, de 16 de julho de 1974, e 13.502, de 1º de novembro de 2017.	Altera a <a href="#">Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013</a> , que dispõe sobre a política nacional de irrigação, para estabelecer exceção à sanção de retomada da unidade parcelar em projetos públicos de irrigação, caso o imóvel esteja hipotecado em favor de instituições financeiras oficiais que <b>tenham</b> prestado assistência creditícia ao agricultor irrigante, e as Leis nºs <a href="#">12.873, de 24 de outubro de 2013</a> , <a href="#">6.088, de 16 de julho de 1974</a> , e <a href="#">13.502, de 1º de novembro de 2017</a> .
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:	O <b>CONGRESSO NACIONAL</b> decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O <b>Congresso Nacional</b> decreta:

Texto alterado Texto revogado Texto excluído Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136  
(Elaboração: 24/07/2018 17:26)



Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional - SLCN

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 824/2018

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Comissão Mista em 29/05/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 10/07/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado no Senado Federal em 11/07/2018)
<u>Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013</u>	<p><b>Art. 1º</b> A <a href="#">Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013</a>, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p>	<p><b>Art. 1º</b> Os arts. 22 e 38 da <a href="#">Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013</a>, passam a vigorar com as seguintes alterações:</p>	<p><b>Art. 1º</b> Os arts. 22 e 38 da <a href="#">Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013</a>, passam a vigorar com as seguintes alterações:</p>	<p><b>Art. 1º</b> Os arts. 22 e 38 da <a href="#">Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013</a>, passam a vigorar com as seguintes alterações:</p>
		"Art. 22. .... ....."	"Art. 22. .... ....."	"Art. 22. .... ....."
Art. 38. Os agricultores irrigantes de Projetos Públicos de Irrigação que infringirem as obrigações estabelecidas nesta		§ 2º As obras de infraestrutura de irrigação, inclusive os barramentos de cursos d'água que provoquem intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente, são consideradas de utilidade pública para efeito de licenciamento ambiental, sendo essenciais para o desenvolvimento social e econômico." (NR)	§ 2º As obras de infraestrutura de irrigação, inclusive os barramentos de cursos d'água que provoquem intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente, são consideradas de utilidade pública para efeito de licenciamento ambiental <b>e</b> essenciais para o desenvolvimento social e econômico."(NR)	§ 2º As obras de infraestrutura de irrigação, inclusive os barramentos de cursos d'água que provoquem intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente, são consideradas de utilidade pública para efeito de licenciamento ambiental <b>e</b> essenciais para o desenvolvimento social e econômico."(NR)

Texto alterado Texto revogado Texto excluído Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136  
(Elaboração: 24/07/2018 17:26)



Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional - SLCN

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 824/2018

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Comissão Mista em 29/05/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 10/07/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado no Senado Federal em 11/07/2018)
Lei, bem como nas demais disposições legais, regulamentares e contratuais, serão sujeitos a: .....				
	§ 3º Não se aplica o disposto no inciso III do caput caso o imóvel esteja hipotecado às instituições financeiras oficiais que hajam prestado assistência creditícia ao agricultor irrigante para desenvolvimento de suas atividades em projeto público de irrigação.	§ 3º Não se aplica o disposto no inciso III do caput caso o imóvel esteja hipotecado às instituições financeiras oficiais que hajam prestado assistência creditícia ao agricultor irrigante para desenvolvimento de suas atividades em projeto público de irrigação.	§ 1º Não se aplica o disposto no inciso III do caput deste artigo caso o imóvel esteja hipotecado às instituições financeiras oficiais que tenham prestado assistência creditícia ao agricultor irrigante para desenvolvimento de suas atividades em projeto público de irrigação.	§ 1º Não se aplica o disposto no inciso III do caput deste artigo caso o imóvel esteja hipotecado às instituições financeiras oficiais que tenham prestado assistência creditícia ao agricultor irrigante para desenvolvimento de suas atividades em projeto público de irrigação.
	§ 4º As instituições financeiras oficiais informarão ao Poder Público sobre a hipoteca a que se refere o § 3º." (NR)	§ 4º As instituições financeiras oficiais informarão ao Poder Público sobre a hipoteca a que se refere o § 3º." (NR)	§ 2º As instituições financeiras oficiais informarão ao poder público sobre a hipoteca a que se refere o § 1º deste artigo."(NR)	§ 2º As instituições financeiras oficiais informarão ao poder público sobre a hipoteca a que se refere o § 1º deste artigo."(NR)

Texto alterado Texto revogado Texto excluído Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136  
(Elaboração: 24/07/2018 17:26)



Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional - SLCN

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 824/2018

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Comissão Mista em 29/05/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 10/07/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado no Senado Federal em 11/07/2018)
<u>Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013</u>		<b>Art. 2º</b> O art. 12 da <u>Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013</u> , passa a vigorar com a seguinte redação:	<b>Art. 2º</b> O art. 12 da <u>Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013</u> , passa a vigorar com a seguinte redação:	<b>Art. 2º</b> O art. 12 da <u>Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013</u> , passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 12. No âmbito do Programa Cisternas, a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, poderá firmar parceria com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, os consórcios públicos constituídos como associação pública e as entidades privadas sem fins lucrativos, inclusive aquelas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, observado o disposto no art. 116 da <u>Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993</u> .		"Art. 12. No âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água, a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social, poderá firmar parceria com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, os consórcios públicos constituídos como associação pública e as entidades privadas sem fins lucrativos, inclusive aquelas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse	"Art. 12. No âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água, a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social, poderá firmar parceria com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, os consórcios públicos constituídos como associação pública e as entidades privadas sem fins lucrativos, inclusive aquelas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse	"Art. 12. No âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água, a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social, poderá firmar parceria com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, os consórcios públicos constituídos como associação pública e as entidades privadas sem fins lucrativos, inclusive aquelas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse

Texto alterado Texto revogado Texto excluído Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 24/07/2018 17:26)



Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional - SLCN

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 824/2018

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Comissão Mista em 29/05/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 10/07/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado no Senado Federal em 11/07/2018)
		Público, observado o disposto no art. 116 da <a href="#">Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.</a> " (NR)	Público, observado o disposto no art. 116 da <a href="#">Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.</a> "(NR)	Público, observado o disposto no art. 116 da <a href="#">Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.</a> " (NR)
<a href="#">Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974</a>		<b>Art. 3º</b> Os arts. 2º, 4º e 9º da <a href="#">Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974</a> , passam a vigorar com as seguintes alterações:	<b>Art. 3º</b> Os arts. 2º, 4º e 9º da <a href="#">Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974</a> , passam a vigorar com as seguintes alterações:	<b>Art. 3º</b> Os arts. 2º, 4º e 9º da <a href="#">Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974</a> , passam a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 2º A Codevasf terá sede e foro no Distrito Federal e atuação nos vales dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu e Pericumã, nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Piauí, Maranhão e Ceará e no Distrito Federal, bem como nos Municípios do Estado de Alagoas que não se encontram no vale do rio São Francisco, e poderá instalar e manter no País órgãos e setores de operação e representação.		"Art. 2º A Codevasf terá sede e foro no Distrito Federal e atuação nas bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim, Vaza-Barris, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Una, Real, Itapicuru e Paraguaçu, nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Piauí, Maranhão, Ceará, Mato Grosso, Pará, Tocantins e no Distrito Federal, bem como nas demais bacias hidrográficas e	"Art. 2º A Codevasf terá sede e foro no Distrito Federal e atuação nas bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim, Vaza-Barris, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Una, Real, Itapicuru e Paraguaçu, nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Piauí, Maranhão, Ceará, Mato Grosso, Pará, Tocantins e no Distrito Federal, bem como nas demais bacias hidrográficas e	"Art. 2º A Codevasf terá sede e foro no Distrito Federal e atuação nas bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim, Vaza-Barris, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Una, Real, Itapicuru e Paraguaçu, nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Piauí, Maranhão, Ceará, Mato Grosso. Para. Tocantins e no Distrito Federal, bem como nas demais bacias hidrográficas e



Texto alterado



Texto revogado



Texto excluído



Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 24/07/2018 17:26)



Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional - SLCN

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 824/2018

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Comissão Mista em 29/05/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 10/07/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado no Senado Federal em 11/07/2018)
		<p>litorâneas dos Estados de Alagoas, Maranhão e Sergipe, e poderá instalar e manter no País órgãos e setores de operação e representação.</p> <p>.....</p>	<p>litorâneas dos Estados de Alagoas, Maranhão e Sergipe, e poderá instalar e manter no País órgãos e setores de operação e representação.</p> <p>.....</p>	<p>litorâneas dos Estados de Alagoas, Maranhão e Sergipe, e poderá instalar e manter no País órgãos e setores de operação e representação.</p> <p>..... (NR)</p>
Art. 4º A Codevasf tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo dos vales dos rios que compõem sua área de atuação, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, promovendo o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários, podendo, para esse efeito, coordenar ou executar, diretamente ou mediante contratação, obras de		<p>"Art. 4º A Codevasf tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas que compõem sua área de atuação, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, com promoção do desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários, com possibilidade, para esse efeito, de coordenar ou</p>	<p>"Art. 4º A Codevasf tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas que compõem sua área de atuação, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, com a promoção do desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários, com possibilidade, para esse efeito, de coordenar ou</p>	<p>"Art. 4º A Codevasf tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas que compõem sua área de atuação, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, com a promoção do desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários, com possibilidade, para esse efeito, de coordenar ou</p>

Texto alterado Texto revogado Texto excluído Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 24/07/2018 17:26)



Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional - SLCN

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 824/2018

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Comissão Mista em 29/05/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 10/07/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado no Senado Federal em 11/07/2018)
infraestrutura, particularmente obras de captação de água, para fins de irrigação, e construção de canais primários ou secundários, e também obras de saneamento básico, eletrificação e transportes, conforme Plano Diretor, em articulação com os órgãos federais competentes.		executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infraestrutura, particularmente de captação de água, para fins de irrigação, de construção de canais primários ou secundários, e também obras de saneamento básico, eletrificação e transportes, conforme Plano Diretor, em articulação com os órgãos federais competentes.	executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infraestrutura, particularmente de captação de água, para fins de irrigação, de construção de canais primários ou secundários, e também obras de saneamento básico, eletrificação e transportes, conforme <b>plano diretor</b> , em articulação com os órgãos federais competentes.	executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infraestrutura, particularmente de captação de água, para fins e irrigação, de construção de canais primários ou secundários, e também obras de saneamento básico, eletrificação e transportes, conforme plano diretor, em articulação com os órgãos federais competentes.  (NR)
Art 9º Para a realização dos seus objetivos, poderá a CODEVASF:		"Art. 9º .....	"Art. 9º .....	"Art. 9º .....

Texto alterado Texto revogado Texto excluído Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 24/07/2018 17:26)



Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional - SLCN

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 824/2018

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Comissão Mista em 29/05/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 10/07/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado no Senado Federal em 11/07/2018)
I Art. 2º O art. 12 da <a href="#">Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013</a> , passa a vigorar com a seguinte redação:I - promover e divulgar, em entidades públicas e privadas, informações sobre recursos naturais e condições sociais, infraestruturais e econômicas, visando à realização de empreendimentos nos vales dos rios em que atua;		II - promover e divulgar, em entidades públicas e privadas, informações sobre recursos naturais e condições sociais, infraestruturais e econômicas, visando à realização de empreendimentos nas bacias hidrográficas em que atua;	II - promover e divulgar, em entidades públicas e privadas, informações sobre recursos naturais e condições sociais, infraestruturais e econômicas, visando à realização de empreendimentos nas bacias hidrográficas em que atua;	II - promover e divulgar, em entidades públicas e privadas, informações sobre recursos naturais e condições sociais, infraestruturais e econômicas, visando à realização de empreendimentos nas bacias hidrográficas em que atua;
III - elaborar, em colaboração com os demais órgãos públicos federais, estaduais e municipais que atuem na área, planos anuais e plurianuais de desenvolvimento integrado dos vales dos rios em que atua, indicando, desde logo, os programas e projetos prioritários, com relação às atividades previstas nesta Lei;		III - elaborar, em colaboração com os demais órgãos públicos federais, estaduais e municipais que atuem na área, os planos anuais e plurianuais de desenvolvimento integrado das bacias hidrográficas em que atua, indicando, desde logo, os programas e projetos prioritários, com relação às atividades previstas nesta Lei;	III - elaborar, em colaboração com os demais órgãos públicos federais, estaduais e municipais que atuem na área, os planos anuais e plurianuais de desenvolvimento integrado das bacias hidrográficas em que atua, indicando, desde logo, os programas e projetos prioritários, com relação às atividades previstas nesta Lei;	III - elaborar, em colaboração com os demais órgãos públicos federais, estaduais e municipais que atuem na área, os planos anuais e plurianuais de desenvolvimento integrado das bacias hidrográficas em que atua, indicando, desde logo, os programas e projetos prioritários, com relação às atividades previstas nesta Lei; ..... (NR)

■ Texto alterado

□ Texto revogado

abc

Texto excluído

▲ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 24/07/2018 17:26)



Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional - SLCN

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 824/2018

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Comissão Mista em 29/05/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 10/07/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado no Senado Federal em 11/07/2018)
<a href="#"><u>Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016</u></a>		<b>Art. 4º O art. 13 da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:</b>	^	
Art. 13. Ficam a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS autorizados a adotar os procedimentos previstos no art. 1º desta Lei para a liquidação das dívidas vencidas de responsabilidade de pessoas físicas, relativas a vendas de lotes para titulação e ao uso da infraestrutura de irrigação de uso comum nos perímetros públicos de irrigação.		"Art. 13. Ficam a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS autorizados a adotar os procedimentos previstos no art. 1º desta Lei para a liquidação das dívidas vencidas de responsabilidade de pessoas físicas relativas à venda de lotes para titulação e de pessoas físicas e jurídicas relativas ao uso da infraestrutura de irrigação de uso comum nos perímetros públicos de irrigação." (NR)	^	

Texto alterado Texto revogado Texto excluído ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136  
(Elaboração: 24/07/2018 17:26)



Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional - SLCN

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 824/2018

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Comissão Mista em 29/05/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 10/07/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado no Senado Federal em 11/07/2018)
<u>Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017</u>		Art. 5º Os arts. 23 e 45 da <u>Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017</u> , passam a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 4º Os arts. 23 e 45 da <u>Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017</u> , passam a vigorar com as seguintes alterações:	^
Art. 23. Constitui área de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: .....		"Art. 23. .... ....."	"Art. 23. .... ....."	^
		XVI - formulação e condução da política nacional de irrigação com vistas ao desenvolvimento da agricultura irrigada, em articulação com os Ministérios da Integração Nacional, do Meio Ambiente e a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República.	XVI - formulação e condução da política nacional de irrigação com vistas ao desenvolvimento da agricultura irrigada, em articulação com os Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente e com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República.	^

Texto alterado Texto revogado Texto excluído ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136  
(Elaboração: 24/07/2018 17:26)



Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional - SLCN

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 824/2018

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Comissão Mista em 29/05/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 10/07/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado no Senado Federal em 11/07/2018)
Art. 45. Constitui área de competência do Ministério da Integração Nacional: .....		"Art. 45. .... ....."	"Art. 45. .... ....."	^
X - formulação e condução da política nacional de irrigação; .....		X- irrigação pública; .....	X - irrigação pública; .....	^
		<b>Art. 6º</b> Os Ministérios da Integração Nacional, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Planejamento, Orçamento e Gestão promoverão articulações visando à movimentação das dotações orçamentárias vinculadas às ações de coordenação e execução da política nacional de irrigação, observados os códigos da funcional programática [REDACTED] correspondente e a adequação das estruturas dos órgãos envolvidos, bem como dos cargos e funções de	<b>Art. 5º</b> Os Ministérios da Integração Nacional, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ^ e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão promoverão articulações visando à movimentação das dotações orçamentárias vinculadas às ações de coordenação e execução da política nacional de irrigação, observados os códigos da funcional programática [REDACTED] correspondente e a adequação das estruturas dos órgãos envolvidos, bem como dos cargos e funções de	^

Yellow square: Texto alterado

Blue square: Texto revogado

abc

Texto excluído

^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 24/07/2018 17:26)



Secretaria Legislativa do  
Congresso Nacional - SLCN

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 824/2018

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Comissão Mista em 29/05/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado na Câmara dos Deputados em 10/07/2018)	PLV Nº 15/2018 (Aprovado no Senado Federal em 11/07/2018)
		confiança necessários a implementação da nova estrutura orgânica de gerenciamento das ações relativas à irrigação no âmbito do MAPA.	confiança necessários à implementação da nova estrutura orgânica de gerenciamento das ações relativas à irrigação no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	
	<b>Art. 2º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.	<b>Art. 7º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	<b>Art. 6º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	<b>Art. 4º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Texto alterado Texto revogado Texto excluído Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136  
(Elaboração: 24/07/2018 17:26)